

Notas a propósito das interconexões entre memória, história e bens patrimoniais*

*Sandra C. A. Pelegrini***

Resumo. Esta reflexão visa observar os enfoques atribuídos às interfaces entre memória(s) e patrimônio(s) em distintas temporalidades e espaços, a partir das identidades e das construções narrativas que avigoram os sentidos de pertença dos sujeitos sociais em relação aos bens patrimoniais naturais e culturais. Para tanto, busca apreender como os conflitos entre o vivido, as lembranças e os esquecimentos tendem a abalizar práticas e tributos à memória e a história.

Palavras-chave: Memória; História; Patrimônio.

Notes on the interconnections between memory, history and heritage

Abstract. Focuses on the interfaces between memory and heritage at different times and in diverse spaces are investigated through the identities and narrative constructions that foreground belonging of social subjects with regard to natural and cultural heritages. The conflicts between experience, memories and forgetting that foreground practices and tributes to memory and history are investigated.

Keywords: Memory; History; Heritage.

Notas a propósito de las interconexiones entre memoria, historia y bienes patrimoniales

Resumen. Esta reflexión tiene por objetivo observar los enfoques atribuidos a las interconexiones entre memoria(s) y patrimonio(s) en distintas temporalidades y espacios, a partir de las identidades y de las construcciones narrativas que vitalizan los sentidos de pertenencia de los sujetos sociales en

* Artigo recebido em 13/11/2014. Aprovado em 11/12/2014.

** Doutora em História Social pela USP, São Paulo/SP, Brasil. Docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UEM, Maringá/PR, Brasil. E-mail: sandrapelegrini@yahoo.com.br

relación a los bienes patrimoniales naturales y culturales. Para ello, se busca aprehender de qué modo los conflictos entre lo vivido, los recuerdos y los olvidos tienden a caracterizar prácticas y tributos a la memoria y a la historia.

Palabras Clave: Memoria; Historia; Patrimonio.

Introdução

Um dos maiores desafios a serem enfrentados quando um pesquisador se propõe a abordar as relações entre memória e patrimônio centra-se na imperiosa necessidade de articular a história, o espaço e o tempo, pois a percepção do “vivido” está diretamente concatenada ao meio nos quais os grupos humanos sobrevivem e permanecem. Essa contenda, por sua vez, sugere o reconhecimento de que a proteção do patrimônio envolve, por um lado, a preservação da cultura material e imaterial, da paisagem cultural e do ambiente natural e, por outro, o pensar sobre as interfaces entre a memória e a história.

De pronto, saliento que as simbologias e valores conferidos aos bens naturais e culturais adquirem, no decorrer do tempo histórico, sentidos particulares para os indivíduos ou grupos que tendem a viver em consonância com a sua cosmologia e a sua organização societária. Estas simbologias e seus respectivos significados são construídos e solidificados por intermédio das relações estabelecidas entre eles, seu patrimônio e suas heranças tradicionais; elas estão impregnadas nos artefatos, edifícios, praças e ruas das malhas urbanas, nos parques, nos rios e no litoral, assim como nas suas celebrações, rituais, saberes de ofícios e formas de linguagem plástica ou textual, entre outros referenciais.

A apreensão das memórias cristalizadas entre as populações residentes e seus lugares, sejam eles núcleos históricos, cidades interioranas ou ribeirinhas implica a compreensão de como esses grupos humanos se

relacionam com o meio, com o solo urbano e com as águas que cercam ou serpenteiam os povoados ou lugarejos. A partir dessa premissa, dialogarei com as proposições de Zélia Lopes da Silva, Méri Frotscher, Marcos Nestor Stein, Beatriz Anselmo Olinto e Clóvis Carvalho Brito. Começarei essa empreitada pontuando algumas interpretações acerca das conexões entre memória e história, na sequência, me reportarei algumas assertivas dos autores supracitados.

Conexões entre memória e história

Paul Ricoeur notabiliza que o ato de recordar ou lembrar nos permite o exercício da (re)significação, do (re)conhecimento e da (re)criação das coisas e de nós mesmos, talvez, por essa razão, ele sugira que as interfaces entre a história e a memória devam ser observadas à luz dos “jogos de escalas”, de modo a evitar que obstaculizem a “fenomenologia da memória e a epistemologia da história”, haja vista que o “esquecimento” é um “termo emblemático da condição histórica” (2007, p. 423; 425). Segundo suas premissas, por um lado, “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOUER, 2007, p. 40), mas, por outro, constatamos que a seletividade e o esquecimento podem desservir aos registros, cuja ambição, seja a de alcançar a fidedignidade das interpretações do passado. Nessa linha, afirma:

De fato, o que o esquecimento desperta nessa encruzilhada é a própria aporia que está na fonte do caráter problemático da representação do passado, a saber, a falta de confiabilidade da memória; o esquecimento é (...) por excelência oposto à ambição de confiabilidade da memória. Ora a confiabilidade da lembrança procede do enigma constitutivo de toda a problemática da memória, a saber, a dialética de presença e de ausência no âmago da representação do passado, ao que se acrescenta o sentimento de distância próprio à lembrança, diferentemente da ausência simples da imagem, quer esta sirva para descrever ou simular (2007, p. 425).

A fortuita “*ars oblivionis*” (arte do esquecimento) projeta um duplo sentido à “*ars memoriae*” (arte da memória), qual seja a manutenção de reminiscências venturosas e o descarte das demais, tomadas *a priori* como ruins ou tristes, uma vez que o próprio termo “esquecimento” agrega uma “polissemia opressiva” e evidencia a “vulnerabilidade” da memória e, por conseguinte, da história (RICOEUR, 2007, p. 423-424).

Sem dúvida, a memória configura-se em uma espécie de campo de batalhas entre as forças sociais, onde imperam a subjetividade e a dominação, ela “faz parte do jogo de poder”, caso compactue com “manipulações conscientes ou inconscientes” ou “se obedece aos interesses individuais ou coletivos”. Por essa via, cabe aos historiadores, cujo ofício pressupõe a busca “imparcial” e a “veracidade” dos fatos, efetuarem “laboriosas verificações sucessivas e acumulação de verdades parciais” (LE GOFF, 2003, p. 33).

Mas, de acordo com Alessandro Portelli, há que se ter cautela nas abordagens acerca dos embates entre as memórias “oficial” e “ideológica” e aquela que é considerada “memória comunitária pura”; além da perspicácia para não conferir a esta última “autenticidade”, tampouco desconsiderar a existência de mediações entre ambas. Conforme a argumentação de um dos principais teóricos da história oral: “estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (2002, p.106).

Os rios margeiam cidades e núcleos históricos, interagem ativamente com as populações residentes, sejam elas ribeirinhas ou não, em seus leitos delineiam espaços de fronteiras, de encontros e de sociabilidades, onde o lazer e trabalho se misturam e se mesclam nas reminiscências de muitas gerações. Sob o impacto das suas águas, a história vai fluindo, homens e mulheres alimentam aspirações e são levados conforme as correntezas: o “tempo certo” dita os períodos de pesca e as práticas rituais, o trabalho, o lazer e a cultura. As águas

cristalinas dos rios simulam o renascer cotidiano e alimentam as perspectivas de dias melhores, mas, não raro, desencadeiam tormentas durante as secas e as cheias.

Os rios reúnem histórias, memórias e modos de viver daqueles que vivem da pesca e daqueles que usufruem de suas águas em momentos de folga. A sonoridade tão peculiar acalma e traz à tona memórias de tempos da meninice quando era comum brincar ou lavar roupas às margens. A ambiência aquática oferece visibilidade para uma paisagem diferente e que se transforma dia após dia, ela arquiva mistérios que só os ribeirinhos conhecem.

O conjunto da paisagem e a sonoridade produzida pelas águas dos riachos, dos rios caudalosos, do encontro entre as águas doces e as águas salgadas do mar ficam impregnados nas memórias, agregam experiências e aquilatam o pertencimento que, por sua vez, induzem os seres humanos a preservarem o patrimônio e transmiti-lo de geração em geração. Nessa linha interpretativa, Clovis Carvalho Brito, ao problematizar as linhas limítrofes e complementares entre natureza e cultura, se propõe a investigar expressões apreendidas como um “mosaico polifônico e sinestésico”, manifesto no convívio entre os homens e o patrimônio na cidade de Goiás. Para tanto, nas entrelinhas do artigo “A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do *habitus* vilaboense”, ele evidencia como se dão as interconexões entre a população e o rio Vermelho, para posteriori, sondar como elas desencadeiam novas sensibilidades e ativam antigas memórias.

Por esta via, ele enfatiza as configurações e modos de interpretar, sobretudo, os registros da expressão humana que conferem significado aos bens culturais e naturais dos habitantes dessa cidade que já foi capital de Goiás e é reconhecida como patrimônio mundial pela Unesco, desde 2001. Ao constatar a notoriedade do rio Vermelho na conformação do “*habitus* dos

moradores e dos nativos” no município, Brito assinala que essas águas traduzem a “goianidade” e a “identidade cultural do povo goiano” (2014).

A noção de *habitus* é abordada pelo autor de acordo com o referencial teórico-metodológico de Pierre Bourdieu (1996a; 1996b) e concebido como “saber incorporado, memória impregnada no corpo do agente no processo de socialização, ou seja, uma capacidade criadora, e não meramente reprodutora”. Algo compreensível em uma época, em que “se procura mesclar o ‘velho’ e o ‘novo’, fundir o ‘antigo’ e o ‘moderno’, envolver o rural e o urbano e confluir o ‘atraso’ e o ‘progresso’ pelos caminhos da história”, tal como afiança Nasr Fayad Chaul (BRITO, 2014).

Ademais, o rio Vermelho se torna um marco, cujo valor cultural é passado de geração em geração e adquire uma conotação de um lugar tríplice de memória: “material, simbólico e funcional” que se adensa para os vilaboenses, em especial, quando traz à tona memórias de seus períodos de cheia e das enchentes, momento em que o “pequeno riacho” se modifica e se torna “um caudaloso rio” que interfere na dinâmica cultural da cidade e norteia as relações de sociabilidade. Mas, calmarias reúnem nadadores, banhistas, lavadeiras, músicos, cantadores e observadores como Cora Coralina, que internalizou a presença do rio em sua obra e liricamente construiu uma “aliança entre a liquidez do tempo e a resistência das pedras” ou como Goiandira do Couto, que tomou o rio como inspiração, apenas para citar duas mulheres que escolheram a cidade de Goiás e o rio Vermelho como principal temática de suas poesias e pinturas.

Para Brito, o rio Vermelho se tornou uma alusão à “topografia sentimental dos goianos” e se instituiu como um dos seus “maiores legados”, aliás, um bem patrimonial que sustenta outros bens e sacraliza uma simbiose identitária presente no dia a dia dos vilaboenses de “nascimento” e de “adoção”. Entretanto, se a própria identidade se engendra em um “processo de

construção de significados com base num atributo cultural” ou em um “conjunto de atributos culturais inter-relacionados” que “prevelem sobre outras formas de significado”, um mesmo indivíduo pode reunir “identidades múltiplas” em torno de si; estas geram “tensão e contradição tanto na auto-representação, quanto na ação social” (CASTELLS, 2003, p. 3).

Nesse aspecto, a problemática da memória e da preservação do patrimônio se depara com as inevitáveis questões da sustentabilidade, sobretudo, quando se trata das diretrizes nacionais acionadas no âmbito político, social, econômico e no das relações internacionais, reverberando em várias facetas da vida contemporânea e na organização das atividades humanas. Mesmo que a ecologia tenha colocado em pauta, na década de 1960, os impasses resultantes das “práticas fundamentadas essencialmente na idéia de que a natureza” seria “fonte inesgotável de recursos”, tardamos a compreender que a “racionalidade tecnológica” cobraria o seu preço, acarretaria o “desequilíbrio” entre o crescimento econômico e populacional, cujo desfecho seria uma “crise” que incomoda a “humanidade” e provoca, segundo Castelnou:

inúmeros questionamentos sobre todas as formas de ação da sociedade na natureza, traduzindo-se, inclusive, em reflexões e interferências sobre as formas de produção do espaço engendradas pelas sociedades humanas. Como signos dessas mudanças de representação do conhecimento emergem novos resgates cognitivos sobre o *ser* (identidade) e o *fazer* (tecnologias) das culturas abafadas pela modernidade impositiva (CASTELNOU, 2003, p. 42).

As memórias fortalecem as conexões entre os sujeitos e os bens patrimoniais naturais e culturais, acionam os sentidos de pertença e embasam a construção de narrativas históricas, estas, por sua vez, não raro desencadeiam conflitos entre o vivido, as lembranças e os esquecimentos, numa busca inflexível da veracidade dos fatos e do engajamento de grupos, cujas práticas são abalizadas por anseios e primazias que definem suas acepções identitárias.

Os tributos às mulheres da cidade de Assis (São Paulo), problematizados por Zélia Lopes da Silva no artigo “Relações de Gênero, memória e identidades no Brasil do século XX”, sem dúvida, distinguem memórias fragmentadas no âmbito das relações de gênero, tal como referido por Portelli (2002) e, também, transformam “os lugares” metamorfoseando-os em “espaços sociais”, mencionados por Certeau (2004). As homenagens às figuras femininas são expostas nos monumentos, ruas, praças, escolas, na biblioteca e no centro cultural, mas não se equiparam a importância investida pelo poder público ao panteão dos “homens-memória”. Essas professoras, advogadas e jornalistas, entre outras “cidadãs” foram homenageadas porque suplantaram os “limites do universo pessoal” em favor da “coletividade”. Contudo, o prestígio conferido às suas práticas e ao direito a tais reverências ocorreu apenas a partir de 1959.

Silva pontua que, embora o povoado tenha surgido em 1905, o “tardio reconhecimento das contribuições das mulheres (...) mesmo em áreas sabidamente de seu domínio como a educação” não representa um arquétipo isolado, muito pelo contrário, seus aportes estão fundamentados no âmbito das “diferenças clássicas de gênero” que abalizam o “papel” e o “*status* desigual” entre homens e mulheres desde longa data (2014). Os registros da câmara municipal consultados pela historiadora distinguem as figuras femininas apenas no final da década de 1950 e nos anos subsequentes, período de notabilidade das mobilizações em prol do acesso ao mercado de trabalho, dos clamores pela ampliação da participação política das mulheres e da negação do autoritarismo em várias esferas da ação humana.¹

¹ Durante toda a década de 1960 do século XX, “as lutas pelos direitos civis, as mobilizações dos negros, das mulheres e das minorias sexuais, os movimentos pela paz” relativizaram e avaliaram as “dimensões objetivas e subjetivas da política e se opuseram tanto aos princípios liberais da ordem capitalista ocidental, quanto às práticas ‘stalinistas’ do Oriente” (PELEGRINI, 2007, p. 100).

A “redefinição dos papéis sociais” que se processou em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, atingiu as metrópoles, mas também se expandiram para as cidades do interior do país. Portanto, a autora certifica que a dilatação das perspectivas de trabalho para além do espaço privado, por parte das assisenses, se configurou mediante a formação em distintas áreas profissionais e não se restringiu às atividades tomadas por “extensões” do “lar” como, por exemplo, o ensino, o cuidado com os enfermos, os partos, entre outras.

Justamente nessa conjuntura de mudanças foi homenageada a primeira mulher como nome de rua, qual seja D. Senhorinha de Souza,² por meio da indicação realizada em agosto de 1959, pelo vereador Nicanor Luciano Gomes. Oito anos depois, a vereadora e primeira advogada da cidade, Ana Barbosa, teve o seu nome indicado para batizar um dos acessos ao aeroporto, pelo vereador Oliveiros Alberto de Castro, em 11 de abril de 1967. A advocacia, como salienta Silva, era uma “carreira valorizadíssima na sociedade brasileira e, majoritariamente desempenhada por homens” desde o início do século XX (HAHNER, 2003 apud SILVA, 2014).

Ao avaliar as dimensões da “presença feminina” nos “espaços públicos” de Assis, entre 1959 e 1994, Silva conclui que ela “ainda é bastante diminuta” se comparada a dos homens, no entanto, o que lhe importa enfatizar é que a questão central não se reduz a comparação quantitativa ou a alegoria valorativa do “*status*” atribuídos aos monumentos ou à malha urbana, nos quais esses “obeliscos de memória” se situam. Efetivamente, o que ressalta é a “sua significação para os moradores da cidade”, mesmo que as conotações impetradas a esses lugares da urbe nem sempre sejam positivas, e ainda, exprimam discrepâncias entre as relações de gênero. Para a autora, importa salientar que o batismo de monumentos e vias públicas com nomes de

² O Projeto de Lei nº 74/59, da Câmara Municipal de Assis, em 25 de agosto de 1959, registrou a nova denominação a rua antes denominada Tupinambá (SILVA, 2014).

mulheres implica a constatação da relevante participação feminina no desenvolvimento da cidade.

Posto isto, cumpre-me lembrar ao recorrer dos escritos de Alessandro Portelli (2002; 2010) que as interpretações de determinada memória são intrínsecas e resultantes da mistura de traços singularizados nos discursos oficiais, pessoais ou coletivos. Em outros termos:

Quando compreendemos que “memória coletiva” nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea de dor, luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. Não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memória, e sim também dentro deles – aspas do autor (PORTELLI, 2002, p. 128).

Dessa maneira, possivelmente, será menos difícil apreendermos tanto as dimensões fragmentadas das memórias institucionalizadas, quanto daquelas coletiva e pluralmente engendradas. A “memória do povoado” – emprestando os termos de Portelli – não é algo uno ou “um todo sólido”. Mais do que isso:

As memórias inexprimíveis, sonegadas até mesmo do círculo familiar, coexistem com as memórias igualmente autênticas e comoventes, expostas publicamente na praça e na igreja. A memória então, dividida por gerações; e o que é mais dramático, até mesmo as individuais dividem-se internamente entre o desejo de silenciar e esquecer e a necessidade de se expressar (PORTELLI, 2002, p. 128).

O autor chama a atenção para as responsabilidades éticas e para as implicações políticas do conhecimento produzido pelos pesquisadores por meio das metodologias da história oral e, ainda, assevera que, ao fazê-lo, esses profissionais devem atentar para o fato de que a narrativa oral é fruto dos colóquios entre o pesquisado e o pesquisador – a este último cumpre “literalmente, contribuir com a sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações” (PORTELLI, 2010, p. 22).

Diante deste postulado, Frotscher, Stein e Olinto estimularam as narrativas e lidaram com a produção de discursos implícitos nas entrevistas da população residente em Entre Rios, reunindo indícios do processo de formação e consolidação de suas identidades. Essa metodologia foi aplicada pelos referidos pesquisadores na constituição das fontes orais e na análise das falas dos alemães, conhecidos como “suábios do Danúbio”, refugiados da Segunda Guerra Mundial, no início da década de 1950, em uma colônia que congregou cerca de 2.500 habitantes, no distrito localizado no município de Guarapuava (Paraná/Brasil).

A apreciação das maneiras como imigrantes e não imigrantes conviviam, suas alteridades e identidades levam os referidos pesquisadores à conclusão de que o uso recorrente de referências a “etnicidade” e a “segregação” entre “brasileiros” e “não-brasileiros” podem não dar conta de explicar as interconexões que se estabelecem entre os sujeitos sociais, num dado espaço e temporalidade, tampouco oferecem visibilidade aos seus valores e experiências resguardadas em suas memórias e identidades.

Para Pierre Nora, a identidade recorre aos valores cultivados individualmente e está intrinsecamente associada à memória coletiva, pois constitui um elemento de negociação importante no convívio social (1993, p. 7-8)³, e assim como Jacques Le Goff (2003), reitera que a memória estabelece um recorte seletivo relacionado à necessidade humana de definir a sua própria identidade.

No caso dos suábios mais idosos, as narrativas centraram-se na “história do grupo” dos imigrantes, na constituição da “colônia” no Brasil

³ Embora Nora (1993) e Le Goff (2003) se aproximem das interpretações de Maurice Halbwachs (2004) quando concluem que a memória coletiva não pode ser dissociada da memória individual, divergem do referido sociólogo quando este admite que as reminiscências possam se tornar mais ou menos espontâneas de acordo com uma série de marcos que se concretizam num dado espaço, tempo ou “quadro espacial”. Para ele, as “memórias sociais ou coletivas são alimentadas por recordações moldadas por formas de linguagem, pessoas e datas que se encontram presentes, e ainda predominantes, na vida moral e material das sociedades que integram.” (2004, p. 150).

como um “lugar” onde recuperaram a cidadania e edificaram seu “novo lar”. Já as memórias dos brasileiros revelaram tanto os seus percursos individuais, quanto o “encontro com os suábios do Danilo”, aspecto sinalizador de elos identitários associados ao trabalho em um local, cuja imagem é para eles a expressão do desenvolvimento e do progresso. Para os alemães e brasileiros, Entre Rios é um símbolo de “prosperidade econômica” e de conquistas sociais como, por exemplo, “aposentadoria” e a “casa própria”.

Em outras palavras, a percepção da “valorização” das histórias e memórias dessas pessoas se dá por meio do trabalho, considerado um “elemento estruturante de suas histórias de vida”, enquanto as distinções relativas às posições sociais entre os dois grupos são atribuídas ao gerenciamento dos recursos oriundos do trabalho, portanto, correspondem às hipóteses levantadas pelos pesquisadores na medida em que tais articulações não se fundamentam unicamente na questão étnica.

Considerações finais

Na sociedade contemporânea, a individualidade adquirida pelo cidadão contribuiu para formação das identidades pessoais e, simultaneamente, provocou sua redefinição em função da necessidade de inclusão social e reconhecimento na esfera pública. Destarte, a preservação das memórias se torna imperativa na atualidade, na medida em que a busca pela salvaguarda de suas histórias e dos vestígios plurais do passado não dissimulam mais a diversidade e a tentativa de unificar as memórias e as identidades se mostrou inócua.

Outrossim, os caminhos das memórias e seus vínculos com o processo de sociabilidade dizem respeito à conformação das “políticas de identidade” de cada grupo. Nesse processo, certamente, a memória coletiva é definidora, mas seu determinismo pode contribuir para uma maior fragmentação das

identidades e sugerir a multiplicação dos bens patrimoniais a serem reconhecidos. Ora, se a necessidade de digestão das diferenças tende a fomentar a tolerância e esta configura elemento crucial de negociação no convívio social, a pluralidade abre caminhos para a exploração de “fronteiras culturais” ainda pouco reconhecidas.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus: 1996-a.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- BRITO, Clóvis Carvalho. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do *Habitus* vilaboense. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n.3, 2014.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CASTELNOU, A. M. N. Sustentabilidade socioambiental e diálogo de saberes: o Pantanal Mato-grossense e seu espaço vernáculo como referência. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 7, p. 41-67, jan./jun. 2003.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do goiano. *Ciência e Cultura*, v. 63, n. 3, jul. 2011.
- FROTSCHER, Méri; STEIN, Marcos Nestor; OLINTO Beatriz Anselmo “Eles também não tinham nada”: narrativas orais de deslocamentos e encontros identitários em Entre Rios (Guarapuava – PR). *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 3, 2014.
- HALBAWCHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edifurb, 2000.

LEFF, E.; ARGUETA, A.; BOEGE, E.; PORTO GONÇALVES, C. W. Más allá del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para sustentabilidad – una visión desde América Latina. In: LEFF, E.; EZCURRA, E.; PISANTY, I.; LANKAO, P. R. (Coord.) *La transición hacia el desarrollo sustentable: perspectivas de América Latina y el Caribe*. México: [s.n.], 2002, p. 479-578.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5ª. ed. Campinas: Edunicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 179-193.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Patrimônio e Memória*. Assis, v.1, n.1, p.95-109, 2007.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaios de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da História Oral*. 5a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p.103-130.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François. Campinas: Edunicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Zélia Lopes da. Relações de Gênero, memória e identidades no Brasil do século XX. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 3, 2014.